



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

CINTHIA RAQUEL SANTOS ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “REDE
MATERNAL” PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DE GESTANTES: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

CAMPINA GRANDE – PB

2023

CINTHIA RAQUEL SANTOS ALVES

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “REDE MATERNA” PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DE GESTANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientadora: Profa Dra Kathleen Elane Leal Vasconcelos

CAMPINA GRANDE – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474c Alves, Cíntia Raquel Santos.
Contribuições do projeto de extensão universitária "Rede materna" para a atenção integral de gestantes: um relato de experiência. [manuscrito] / Cíntia Raquel Santos Alves. - 2023.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Kathleen Elane Leal Vasconcelos , Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Educação em saúde. 2. Maternidade, Extensão universitária. 3. Covid-19. I. Título

21. ed. CDD 362.19

CINTHIA RAQUEL SANTOS ALVES

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “REDE MATERNA” PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DE GESTANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

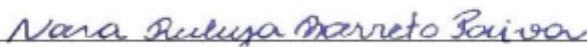
Área de concentração: Ciências Humanas

Aprovado em: 07/12/2023

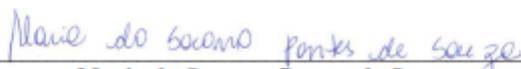
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Kathleen Elane Leal Vasconcelos
(Orientadora) DSS/CCSA/UEPB



Nara Rúbya Barreto Paiva
Assistente Social da Unidade Básica de Saúde Wesley Cariri Targino



Maria do Socorro Pontes de Souza
Profª Me. em Serviço Social/DSS/CCSA/UEPB

Dedico este trabalho a minha família, a meu pai Osvaldo (in memoriam), minha mãe Carlita, minha irmã Caroline. Os maiores incentivadores das realizações dos meus sonhos. A todos os amigos que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste curso. Muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	8
2.1 A extensão universitária no contexto pandêmico.....	12
2.2 Breves considerações sobre a atenção à saúde da gestante no Brasil.....	13
3. AS AÇÕES DO REDE MATERNA DURANTE A PANDEMIA.....	17
3.1 Um pouco da história do projeto.....	17
3.2 A pandemia e o uso das TICS.....	18
3.3 Desafios enfrentados pelo Rede Materna no contexto pandêmico.....	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

AS CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ACOLHIMENTO A GESTANTES DO PROJETO “REDE MATERNA” UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cinthia Raquel Santos Alves¹

RESUMO

Neste artigo, relatamos a experiência do projeto de extensão "Rede Materna", que ocorreu na UBS Wesley Cariri, localizada no bairro de Nova Brasília, em Campina Grande-PB, durante os anos de 2020/2021. Essa fase do projeto foi realizada de forma remota, através do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As gestantes e mães que participaram eram usuárias da UBS e mulheres alcançadas pelas redes sociais de outros estados do país. O trabalho extensionista buscou adotar metodologias participativas e pautar suas ações com base no diálogo. As estratégias usadas pelo projeto foram rodas de conversa virtuais, curso virtual, grupo de Whatsapp e acompanhamento individual, além de produção de conteúdo socioeducativo sobre questões relacionadas à gestação e à maternidade/maternagem. O projeto “Rede Materna” contribuiu para a divulgação de informações sobre políticas públicas e direitos relacionados a esse público. As mulheres que participaram da "Rede Materna" na UBS tiveram experiências muito positivas durante os encontros e relataram que o projeto se constituiu como um importante ponto de apoio e interação para essas mulheres. O desenvolvimento das ações se deparou com uma série de desafios e limitações com o uso das TICs, envolvendo problemas das usuárias com a conexão, dispositivos antigos e/ou com memória cheia, além de dificuldade de aproximação com a equipe. Não obstante, a extensão universitária se revelou uma ferramenta poderosa para a educação em saúde e para socialização sobre os direitos das mulheres nessa fase da vida.

Palavras-chave: Covid 19. Educação em saúde. Maternidade, Extensão universitária.

ABSTRACT

In this article, we report the experience of the "Rede Materna" (Maternal Network) extension project, which took place at the Basic Health Unit Wesley Cariri, located at Nova Brasília, in Campina Grande city, by the years 2020/2021. This phase of the project was done remotely, through the use of Information and Communication Technologies (ICTs). The participating pregnant women and mothers who took part of the project were Basic Health Unit users and women reached through social networks in other states of the country. The extension work used to adopt participatory methodologies and the actions are conducted based on dialogue. The strategies used by the project were virtual conversation circles, virtual courses, Whatsapp groups and individual monitoring, in addition to the production of socio-educational content on topics related to pregnancy and motherhood. The “Rede Materna” (Maternal Network) project contributed to the dissemination of information about public policies and rights relating to this public. The women who participated in the "Rede Materna" at Basic Health Unit had very positive experiences during the meetings, and reported that the project constituted an important point of support and interaction for these women. Despite the challenges and limitations of using ICT, which were problems with the

¹ Cinthia Raquel Santos Alves, estudante de serviço social da uepb, cinthiaraquel.uepb@gmail.com

internet, old devices and/or full memory, as well as difficulties in approaching the team. University extension has proven to be a powerful tool for health education and socialization about women's rights at this stage of life.

Keywords : Covid 19. Health education. Maternity, University extension.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar um relato da experiência do projeto de extensão “Rede Materna” (durante o período de agosto de 2020 a dezembro de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19), refletindo sobre a importância da extensão universitária e seu papel na oferta de iniciativas remotas que atendessem às necessidades de saúde de gestantes e puérperas naquele período.

Vale situar que o objetivo geral do projeto naquela cota era “desenvolver ações de Educação em Saúde junto a gestantes acompanhadas pela UBS Wesley Cariri, a partir da Interprofissionalidade²” (Vasconcelos, 2022 p.5). Deste modo, o projeto dedicou-se a promover debates sobre temas como parto, gestação, amamentação, violência obstétrica e suas consequências, visando troca de experiências e socialização de informações.

A inspiração para este artigo veio do nosso envolvimento no citado projeto de Extensão, que estava vinculado ao Estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social do qual participamos. Durante a vivência extensionista, ficou clara a importância da socialização de informações, para as mulheres do bairro, sobre os direitos relativos à gestação e parto, bem como da construção de uma rede de apoio a tais mulheres. Tal constatação nos motivou a pesquisar mais o tema e buscar socializar as experiências do projeto, visando contribuir com a formação e o trabalho de outros profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS), em virtude dos inúmeros desafios ainda existentes no que tange à qualificação do modelo de atenção à saúde direcionado às gestantes.

Vale registrar que este tema é relevante para o Serviço Social, visto que o Assistente Social é considerado um profissional de saúde, que contribui para a observação e intervenção dos determinantes e condicionantes que influenciam na saúde da população (Gomes, 2018). Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido traz sua relevância para o curso e pode servir de inspiração para outras atuações na área. Além disso, o Projeto Ético Político do Serviço Social se posiciona em favor dos direitos sociais, entre eles o acesso universal à saúde de qualidade, fazendo com que a discussão sobre a atenção à saúde das gestantes se configure como um tema de relevo para a produção do conhecimento na profissão.

Cabe ressaltar que, a extensão universitária é uma área sobre a qual há necessidade de mais produções acadêmicas na nossa área, necessitando ser debatida, referenciada nos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social (ABEPSS, 2022).

Conforme mencionado, este artigo se configura como um relato de experiência (RE), tipo de trabalho acadêmico que busca oferecer uma descrição reflexiva e crítica de uma atividade, reconhecendo que o conhecimento científico contribui para o desenvolvimento social e acadêmico. Esse tipo de relato deve conter o que se aprendeu com a experiência, quais desafios foram encontrados durante o seu desenvolvimento, ou seja, não se trata de uma narração pessoal, visto que deve ser feito de modo contextualizado e com objetividade (UFJF, 2017), enriquecendo-a por meio de análises acadêmicas e científicas. Isto implica não apenas relatar a experiência em si, mas também utilizar uma abordagem crítica e reflexiva, teoricamente embasada, contextualizando assim esta experiência num quadro de conhecimento acadêmico mais amplo (Mussi, 2021).

² Dentro dos objetivos específicos do projeto estavam: discutir temas relacionados ao processo de gravidez, parto, puerpério e cuidados com o bebê, visando subsidiar escolhas informadas por parte das usuárias; construir um espaço de acolhimento à gestação e maternidade, que possibilite a troca de experiências, saberes e dúvidas entre as mulheres; fortalecer o grupo virtual de apoio às gestantes, especialmente no período da pandemia (Vasconcelos, 2022 p.5).

Deste modo, o RE envolve documentar experiências encontradas durante a execução de um projeto, contribuindo para uma melhor compreensão e refinamento das ações crítico-reflexivas (Cruz, 2010) podendo servir como recurso para aprendizagem, discussões e enriquecimento cultural (Mussi et al., 2020).

Esse trabalho de conclusão de curso, está dividido em três sessões. Na primeira, buscamos contextualizar historicamente a extensão universitária no Brasil e sua atuação durante a pandemia. Na segunda seção, traçamos algumas considerações sobre a atenção à saúde da gestante no país, a fim de destacar suas características e necessidades. Na terceira sessão, realizamos o relato da experiência do projeto de extensão "Rede Materna", refletindo sobre suas ações e desafios. Por fim, são traçadas as considerações finais.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para que possamos discorrer sobre a extensão universitária, conforme o objetivo deste trabalho propõe, é relevante trazer uma breve definição do significado da universidade. Conforme reflete Chauí (2003, p 5), esta é “(..) uma instituição social, isto é, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, dentre as quais se destacam a produção, sistematização e socialização do conhecimento e a formação integral dos educandos.”

Conforme o artigo 45 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (Brasil, 1996), a educação superior pode ser oferecida em instituições tanto públicas quanto privadas, abrangendo diversos níveis de especialização. Embora não seja seu papel dar retornos imediatos às demandas sociais, compete a ela formar profissionais críticos, que, ao se inserirem no mercado de trabalho, possam contribuir com estratégias de enfrentamento dos problemas sociais (Kawasaki, 1997).

No Brasil, como resposta a lutas de movimentos sociais ligados à educação, está inserido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, o princípio fundamental da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que a combinação dos três componentes possibilita uma educação mais abrangente, emancipadora e democrática³ (Mazzilli, 2011).

A expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas como uma síntese atual da história educacional brasileira que aponta diretamente para a construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que se coloca a serviço de uma sociedade independente, soberana, científica, tecnológica e culturalmente, voltada para os interesses concretos da população brasileira (Pucci, 1991, p. 19).

Porém a construção de uma universidade nessa direção tem enfrentado imensos desafios, entre os quais sérios desmontes e precarizações pautados no modelo neoliberal, que busca transferir a responsabilidade do Estado e transformar a educação superior em mais um campo de investimento (Guerra et al., 2020).

Nesse cenário, as instituições de ensino privado têm experimentado um crescimento desproporcional, impulsionado por programas de bolsas e financiamentos que utilizam recursos públicos, promovendo um processo educativo direcionado para o mercado de trabalho, sem a preocupação de formar um profissional crítico (Guerra et al., 2020). Prolifera a criação de universidades sem a infraestrutura necessária para promover uma educação transformadora, a exemplo de universidades sem laboratórios, sem salas adequadas, com

³ “Na universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja: só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa (Severino, 2013, p 261)”.

pouca oferta de vagas, diminuição no financiamento de programas universitários, crescimento de cursos de educação a distância (EAD), entre outros (Severino, 2013).

Como em outras políticas, a parceria público-privada tem se tornado uma prática comum nas instituições acadêmicas. Diante das iniciativas neoliberais, da crise de financiamento das universidades públicas e dos poucos recursos para a pesquisa no Brasil, alguns setores acadêmicos, como pesquisa e extensão, estabeleceram parcerias com o setor privado, comercializando diretamente os serviços oferecidos. Essas características, especialmente evidentes a partir da década de 1990, incentivaram a entrada de algumas empresas nos campus universitários, com ênfase especial nas áreas de tecnologia. Como resultado, as contrapartidas financeiras obtidas soaram como positivas, uma resposta crucial ao subfinanciamento enfrentado pelas universidades (ABEPSS, 2022).

A Emenda Constitucional a PEC 95/2016 (BRASIL, 2016a) promoveu o ajuste financeiro para as políticas públicas, promovendo um verdadeiro congelamento de gastos por 20 anos, sem consulta à sociedade, aprofundando ainda mais o subfinanciamento das políticas de seguridade social (Bravo, 2018).

Para piorar ainda mais, houve um crescimento na demanda de atendimentos e alguns fatores levaram a isto, como o envelhecimento da população, violência, acidentes, aumento de desemprego e a própria pandemia, aumentando a procura pelos serviços de saúde (Saldiva e Veras, 2018). Estes retrocessos têm evidenciado um enorme crescimento a partir do crescimento do modelo ultraneoliberal no Brasil, a partir de 2016, com o golpe de Michel Temer e, logo após, o governo Bolsonaro (Bravo et al. 2020).

Durante estes governos, tivemos a aceleração das contrarreformas e privatizações, em virtude da Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016a), que garante o congelamento dos gastos por 20 anos para as políticas sociais. O SUS, por exemplo, vive um momento muito complicado: o plano é a retirada da universalização da política, tornando o serviço restrito a partir da classe social, além de limitações nos atendimentos, oferecendo o mínimo do mínimo (Bravo, et al 2018).

Esse processo de contrarreformas atinge o ensino superior e se aprofunda durante o governo ultraneoliberal de Bolsonaro: a situação é de cortes dramáticos nas verbas do ensino superior⁴; foco no ensino operativo e técnico, desmontando disciplinas que estimulam o pensamento crítico e social; tentativa de inserção de doutrinas religiosas⁵ ataques frontais às ideias de Paulo Freire (Ferreira et al, 2020).

Diante de um projeto de educação de caráter ultraconservador, fundamentalista e reacionário, se coloca, imperativamente, a necessidade do acirramento da luta em defesa do projeto educativo da classe trabalhadora, a qual envolve o combate a todas as formas cerceamento da liberdade e a mercantilização da educação. (Ferreira, 2020, p 320)

Voltando à discussão sobre a universidade, é importante registrar que, buscando contribuir para o papel social da universidade, a extensão universitária objetiva intervir na realidade em suas diferentes formas⁶, contribuindo com a formação de educadores e profissionais visando uma perspectiva transformadora na sociedade. Trata-se de uma

⁴ Um programa criado por Jair Bolsonaro em meio a um corte de 30% no orçamento das universidades, o Future-se, promete atrair investimentos privados, permitindo que organizações sociais possam atuar na gestão, contratação de professores sem concurso público, visando o fim da democratização das universidades (Campos, 2019).

⁵ Entre os desmontes experimentados está o destaque à Escola sem Partido, criado em 2004, com destaque a partir de 2015, que visa modificar a LBD, buscando aniquilar a “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica”, sendo considerado pelos defensores que o atual sistema escolar doutrina os alunos acerca das ideias de esquerda e da ideologia de gênero (Ramos, 2018).

⁶ programas, cursos, projetos, workshops, eventos e prestação de serviços.

ferramenta que propicia a democratização do conhecimento, buscando atender às necessidades sociais.

A extensão pode ser considerada como um mecanismo para articular a universidade e a sociedade em um processo de caráter educativo, científico e cultural, proporcionando uma verdadeira interação entre os envolvidos. (Gadotti, 2017)

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

A prática da extensão representa um ambiente propício para trocas significativas, entre usuárias e a equipe, fortalecendo a formação profissional. Essa abordagem permite aos alunos vivenciarem a prática da profissão, ao mesmo tempo em que se familiarizam com as demandas contemporâneas (Pinho, 2015).

Essa concepção de extensão, contudo, é fruto de um longo processo histórico. Por exemplo, mesmo antes da regulamentação da primeira Lei Orgânica do Ensino Superior, no Brasil, que foi sancionada em 1911 com o intuito de oferecer autonomia curricular e pedagógica as universidades, algumas ações de extensão já eram executadas através dos movimentos estudantis: mesmo de forma embrionária, estes iniciaram a discussão da extensão universitária no país. (Brasil, 1911).

Um marco na discussão sobre a extensão universitária foi o Manifesto de Córdoba, de 1918, elaborado na Argentina, mas que influenciou significativamente a realidade brasileira. Neste manifesto, as reivindicações eram a vinculação da universidade com a sociedade, abrindo possibilidade de diálogo, buscando estratégias de superação dos problemas enfrentados, lutando por uma educação crítica, emancipatória e democrática, buscando a defesa das Universidades populares (Sousa, 2010, p. 32), visto que, historicamente, as universidades tinham fortíssimos traços elitistas.

Alguns movimentos sociais merecem destaque pelo empenho nas lutas e articulação com a sociedade, ou seja, na construção da extensão como parte das atribuições universitárias: por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi muito importante na discussão da extensão, suas lutas eram em prol de aproximar a universidade com a sociedade; o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultural Popular (MCP), que lutavam pela educação como direito e pela efetivação do papel social da universidade (Sousa, 2010).

O Golpe civil-militar de 1964 fez com que os movimentos sociais continuassem sua luta na clandestinidade. Não obstante a forte repressão, os movimentos ainda conseguiram se organizar, promovendo algumas ações e continuando com a luta. Os movimentos a seguir foram grande resistência neste período e tinham vinculação com as questões extensionistas: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o projeto Rondon (Sousa, 2010).

Em 1968, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) passou a considerar a extensão como uma ação essencial para o ensino, dando prioridade ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, somente a partir dos anos 1980, com a promulgação da Constituição Federal, a extensão universitária foi reconhecida como uma função acadêmica de grande importância para a sociedade, compondo o tripé básico da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa.⁷

⁷ Cabe situar que, embora a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja um princípio constitucional a LDB prevê que apenas as universidades têm a obrigatoriedade de tal integração: às faculdades e centros

A partir daí, ela passou a receber respaldo acadêmico e se tornou uma atividade não obrigatória, com atribuição de carga horária e a oferta de bolsas para os estudantes que participavam das suas atividades (Cruz, 2013).

Mais recentemente, em 2005, foi criada a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)⁸, movimento que preconiza a formação focada no pensamento crítico, na construção de uma sociedade livre, diversa e democrática (Gadotti, 2017).

De acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, as atividades de extensão têm como objetivo principal promover mudanças significativas na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social por meio de ações que visam disponibilizar serviços à comunidade, atendendo às suas necessidades.

As iniciativas de extensão universitária têm como meta facilitar um diálogo eficaz entre a academia e a sociedade⁹ desempenhando um papel crucial na construção do conhecimento e na transformação dos indivíduos. A sociedade proporciona à academia a chance de se aproximar da realidade discutida na sala de aula, entre alunos, professores e a comunidade. Essa interação permite que estudantes e professores vivenciam situações reais que demandam pensamento crítico e soluções práticas. Da mesma forma, a comunidade busca ações eficazes por meio da universidade, buscando contribuir para a transformação social (Severino, 2013).

Vale situar que, conforme a Proex (2011), a extensão universitária pode ser dividida em algumas modalidades de serviços que incluem programas, cursos, projetos, workshops, eventos e prestação de serviços. Os projetos têm como foco a integração da pesquisa e do ensino para alcançar resultados específicos em grupos que têm demandas particulares. Por outro lado, os programas englobam ações mais abrangentes, como cursos e prestação de serviços. Os cursos e workshops alinham teoria e prática, podendo ser realizados tanto presencialmente quanto à distância. Por fim, os eventos são caracterizados por apresentações que envolvem produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos (PROEX, 2011).

Nos últimos anos, a Resolução de número 12.7 da Lei nº 13.005/2020, do Plano Nacional de Educação, instituiu a curricularização da extensão na educação superior. Desta forma, as atividades devem ser integradas às unidades dos cursos de graduação, sendo que os ajustes serão realizados para serem dedicados a 10% da carga horária total do curso a projetos, programas, cursos e eventos de extensão. Essas atividades devem ser baseadas em princípios de indissociabilidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, para alcançar uma ação transformadora (PROEX, 2023).

Mais um passo no sentido do fortalecimento da extensão foi dado recentemente, mais precisamente no dia 09 de novembro deste ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de

universitários (que atualmente constituem a grande maioria das Instituições de Ensino Superior do país), a extensão era apenas facultativa.

⁸ O ANEPOP é um grupo que une estudantes, professores, pesquisadores e militantes em prol da orientação das ações universitárias na perspectiva da educação popular. (Vepop, 2023).

⁹ É importante situar que as discussões em torno da concepção de extensão não são consensuais. Calderón (2003) define duas principais vertentes: a primeira, de acordo com ele, prevê que a universidade - e apenas ela como instituição de educação superior - possui conhecimentos a ensinar para a sociedade e não o contrário. Isto evidência uma visão assistencialista unilateral, por adotar a concepção da transferência de conhecimento por parte da universidade e apenas dela, não considerando que a sociedade também detenha algum tipo de conhecimento para transmitir. A segunda vertente, segundo o autor, se fundamenta na ideia de que todo ser humano, independente de classe social, possui algo de relevante para contribuir com o meio social em que está envolvido. Nesta concepção, se expressa a necessidade de reconhecer que todo ser humano é incompleto, portanto, não sabe de tudo e, não sabendo de tudo, deve estar aberto a ouvir e refletir diferentes posicionamentos sobre a vida (Gadotti, 2017).

Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) divulgaram a iniciativa de criar o programa de extensão na pós graduação (PROEXT-PG), destinado a instituições de todas as regiões do Brasil que possuem programas de pós graduação em exercício. Através dele, as instituições receberão recursos incluindo bolsas de estudo para discentes e docentes (MEC, 2023).

Por fim, cabe ainda situar que, num contexto de ataques à universidade pública é necessário debates democráticos nas universidades e nos cursos e uma participação ativa em defesa de uma educação emancipatória, principalmente no tocante dos recursos necessários para execução das atividades de extensão, especialmente para a concretização da curricularização da extensão (ABEPSS, 2022)

A seguir, discutiremos sumariamente as estratégias adotadas pela extensão universitária para manter suas atividades durante o enfrentamento da pandemia.

2.1 A extensão universitária no contexto pandêmico

Em 11 de março de 2020, a Pandemia do COVID 19 (SARS-CoV-2) foi confirmada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em pouco tempo, tal evento modificou a dinâmica de toda a sociabilidade atual, em todas as suas áreas.

Em razão da facilidade de contaminação pela covid-19, resultando em alto número de casos e a elevada taxa de mortalidade em um curto período de tempo, algumas estratégias emergenciais foram tomadas para diminuir a propagação da doença, entre elas o distanciamento social, o uso de máscaras e a adequada higienização de mãos e objetos (Jiang et al., 2020).

No Brasil, o SUS foi o maior aliado para o enfrentamento da pandemia, apesar do caos da atuação do presidente Bolsonaro, que prestou completo desserviço à campanha de vacinação, com compartilhamento de fake news e negligente com as mortes, demonstrando pouca ou nenhuma empatia (Moreira, 2022).

Nessa conjuntura, além da alarmante morbimortalidade causada pelo vírus, dois fatores influenciaram na criação de um estado de pânico na população: o primeiro foi o fato de muitas pessoas passarem por experiências de medo, ansiedade e preocupação intensa devido às repercussões da doença até então desconhecida, a falta de uma vacina eficaz e a consequente falta de confiança na eficácia das vacinas disponíveis (Silveira, 2021). O segundo fator foi a propagação desenfreada de informações falsas sobre a doença, levando parte da população a adotar tratamentos sem respaldo científico, a resistir ao uso de máscaras e até mesmo a acreditar em teorias da conspiração, como a ideia de que o vírus teria sido criado em laboratório ou mesmo a negação de sua existência (Silveira, 2021).

Com a necessidade de implementar o distanciamento social, o teletrabalho (também conhecido como home office), tornou-se amplamente adotado em diversos setores, em conformidade com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de reduzir a propagação do vírus. Deste modo, as instituições de ensino também suspenderam as atividades acadêmicas presenciais e as universidades passaram a incluir em sua programação aulas remotas para garantir a continuidade do ensino. No entanto, essa transição trouxe vários desafios e limitações em termos de qualidade do ensino e comprometimento das demais atividades acadêmicas (Nunes et al., 2021).

No tocante à extensão, embora alguns projetos algumas atividades tenham sido suspensas, outras foram redimensionadas e passaram a ser realizadas também de maneira remota. O Ministério da Educação (MEC, 2021) realizou alguns levantamentos em universidades federais para analisar como os projetos de extensão funcionaram durante a pandemia. Os resultados revelaram que 87,9% das instituições no Brasil tentaram se ajustar à

nova realidade, mantendo seus projetos por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs). Eles utilizam recursos virtuais, como Google Meet, Zoom, Facebook, Instagram, Whatsapp, Spotify e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Além disso, contribuíram com a elaboração de estratégias para enfrentar a Covid-19, divulgaram informações informativas sobre questões de saúde pública e concentraram esforços na prevenção contra o vírus. Algumas universidades também se envolveram na produção de álcool em gel, testes rápidos, máscaras e outras iniciativas fundamentais no combate à pandemia (Melo et al., 2021).

Não obstante, a maioria das instituições demonstrou algum tipo de dificuldade para a continuação na execução dos projetos. O principal obstáculo foi o isolamento social, pois as atividades previstas para acontecer precisaram ser adaptadas com o uso das TICs. (Silveira, 2021).

Neste contexto, alguns desafios foram frequentes: por sua precípua função extramuros, a extensão sentiu de maneira mais direta as expressões da desigualdade social em termos de acesso às TICs, como a dificuldade de acesso da população (e de parte dos/as estudantes) às plataformas digitais, seja pela falta de internet ou aparelho adequados ou até dificuldade de manuseio das redes (a depender do público-alvo), a vulnerabilidade psicológica e sentimentos de medo agravados pelas fake news e a falta de resposta concreta e confiável por parte do poder público (Melo, et 2021).

Na análise de Silveira (2021), apesar de todos esses desafios, a extensão universitária desempenhou um papel crucial na resposta à pandemia, adaptando-se para continuar oferecendo serviços, mesmo diante da falta de apoio por parte do governo federal ou de recursos financeiros. Desta forma, em um contexto em que o governo assumiu uma postura negacionista, tais iniciativas tiveram um papel extremamente importante.

Antes de apresentarmos o relato do projeto de extensão Rede Materna, no item a seguir, trataremos da atenção à saúde desse grupo populacional.

2.2 Breves considerações sobre a atenção à saúde da gestante no Brasil.

Para compreender a histórica recente das políticas de saúde materno-infantil no Brasil, é necessário lembrar que foi apenas a partir do início do século passado que se constituíram políticas públicas em nosso país, inclusive nessa área.

Até o final do século XIX, as crianças eram frequentemente consideradas seres de pouca importância e o cuidado infantil era principalmente uma questão de caridade. Casas de apoio custeadas predominantemente pela Igreja Católica frequentemente recebiam crianças rejeitadas por suas famílias (aquelas que nasciam com alguma doença ou eram filhos “ilegítimos”). Neste contexto, as taxas de mortalidade infantil eram alarmantemente altas e. (Silva et al., 2005)

Somente a partir do século XX ocorreram mudanças significativas na assistência à saúde materno-infantil. Com o avanço da tecnologia, melhores condições de higiene, assistência à saúde e a implementação de políticas públicas, surgiram os primeiros berçários e instalações mais adequadas para o parto (Silva et al., 2005).

Cumprir situar que, na maior parte do século XX, as ações de saúde pública voltadas para as mulheres eram voltadas para a função da mulher como reprodutora: os programas eram centralizados na perspectiva da mulher apenas como mãe e a principal responsável pela criação dos filhos. Ou seja, o foco da política não era propriamente a saúde feminina, mas o seu papel na maternidade. (Santos e Araujo, 2016). Deste modo, de forma precária, eram oferecidos serviços para a gestação, partos e puerpério (Brasil, 1985).

Com os avanços do modelo biomédico, especialmente as mulheres com melhores condições financeiras passaram a evitar partos assistidos por outras mulheres, como parentes e parteiras, iniciando-se assim o processo de medicalização do parto como uma prática profissional. (Silva, Christoffel, Souza, 2005).

É imprescindível contextualizar que, a partir dos anos 1970, em decorrência da colaboração entre o movimento feminista e de mulheres e o Movimento da Reforma Sanitária, a necessidade de uma abordagem da saúde em sua integralidade foi colocada em pauta. Como resultado dessa demanda, em 1983, foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que representou uma transformação significativa nos programas de saúde voltados para o público feminino (Texeira e Ferreira, 2010).

O PAISM foi criado com o objetivo de promover ações articuladas nos âmbitos federal, estadual e municipal, no intuito de garantir o acesso da mulher a ações e serviços de assistência ginecológica como controle das doenças sexualmente transmissíveis DST, prevenção do câncer cervical uterino e mamário, bem como assistência ao pré natal, parto e puerpério (Brasil, 1985, 27p).

Tal programa representou, assim, um marco inicial na superação das políticas de saúde focadas principalmente no papel tradicional da mulher como mera reprodutora. Esse programa buscou promover uma abordagem além da perspectiva materno-infantil, concentrando-se na promoção dos direitos reprodutivos (Souto, 2021). Contudo, logo se percebeu que o PAISM não conseguiria suprir as demandas necessárias para as usuárias, deixando muitas omissões a respeito do cuidado, sendo criticado também por focar nas funções reprodutiva do período gravídico, não avançando quanto a integralidade e outras demandas (Rezende, 2011).

É relevante sinalizar que o governo federal iniciou a implementação de medidas de incentivo ao controle de natalidade, especialmente da população pobre, que consistiram na distribuição de pílulas e realização de laqueaduras sem as devidas autorizações e acompanhamentos com foco apenas no controle de natalidade (Carvalho, 2015).

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, as leis nº 8.080 e nº 8.142 de 1990 organizaram os serviços de saúde e estabeleceram o controle social. Por meio das lutas realizadas pelo movimento feminista, durante as conferências municipais e eventos, ficou evidente que a preservação das políticas públicas para a saúde da mulher desempenhava um papel crucial de proteção da saúde populacional (Vilela; Monteiro, 2005).

A construção do SUS acontece paralelamente à forte influência da política neoliberal no país, como já sinalizado, em busca de fortalecer os interesses do capital. Neste contexto, os serviços (saúde, educação, cultura) realizados antes por órgãos estatais são incentivados a ser oferecidos de forma privativa com apoio estatal. Todo o sistema de Segurança Social vem enfrentando desafios, resultando em retrocessos, redução de investimentos e perda de direitos (Chauí, 2015).

Conforme indicado anteriormente, a saúde vem sofrendo muitos processos de privatização, devido a ser um vasto campo dos interesses do capital, num processo que ameaça sua característica de universalidade e integralidade. O crescimento dos planos de saúde é inegável, por seus grandes lucros, o que tem gerado enormes interesses dos grupos econômicos (Bravo, 2018).

No campo da atenção à saúde da mulher, com o propósito de aprimorar o acesso e a qualidade do acompanhamento pré-natal, no anos 2000, o Ministério da Saúde criou o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, visando melhorar a assistência durante o parto, puerpério e neonatal (Brasil, 2000).

Em resposta às demandas de diversos grupos sociais, a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher (PNAISM) foi introduzida em 2004. Essa política abrange medidas de prevenção e tratamento para mulheres com HIV/AIDS, assistência ao aborto seguro, assistência a doenças crônicas não transmissíveis. Focou também na violência doméstica e na atenção a grupos historicamente excluídos das políticas, como mulheres negras, indígenas, rurais, deficientes, lésbicas e presas. Essa política também se solidifica com o objetivo de atingir a melhoria da promoção de assistência obstétrica, neonatal e humanizada (Brasil, 2004).

Com todos estes notórios avanços e com o objetivo de melhorar ainda mais a assistência à saúde da mulher, através da portaria 1.459/2011, foi instituído o Programa Rede Cegonha, fundamentado nos princípios do SUS. A iniciativa foi uma estratégia de natureza político assistencial, voltada para a atenção à saúde da mulher e da criança, visando reduzir a mortalidade materna e infantil, acompanhando mãe e bebê desde o planejamento reprodutivo à assistência no parto, puerpério e vida da criança (Brasil, 2011).

Cabe ressaltar o papel da Atenção Primária à Saúde (APS)¹⁰ na atenção à saúde materno-infantil, visto que há uma gama de serviços que visam apoiar mães e bebês. Uma das mais importantes é a realização do pré-natal (que faz parte do Rede Cegonha), que inclui testes rápidos para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), exames clínicos, vacinação e indicadores de desempenho, além de assistência durante o processo da gravidez. Inclui também avaliar indicadores priorizando a saúde materna. Está prevista a realização do pré-natal odontológico, que visa cuidados com a saúde bucal na gestação, embora a maioria das UBSs não tenha equipes ou equipamentos de saúde bucal disponíveis. Existe ainda a proposta do pré-natal do pai, que preconiza, entre outros, o teste rápido do parceiro para evitar reinfecções. Destacamos também a priorização na ESF, das consultas pediátricas, com acompanhamento do desenvolvimento e do crescimento do bebê por parte de enfermeiros ou médicos, além da imunização das crianças.

É importante mencionar a existência, no SUS, dos bancos de leite humano, que vêm contribuindo imensamente para a saúde do recém nascido, especialmente dos prematuros, incentivando a amamentação. Durante o enfrentamento da Covid-19, houveram recursos destinados a ações específicas durante a pandemia, como hospedagem de gestantes, reforço na atenção primária e prontuário eletrônico (Saps, 2021).

Em 2022, durante o governo de Bolsonaro, houve a tentativa de substituir o Rede Cegonha através da criação da Rede Materna e Infantil (O RAMI), através da portaria nº 715/2022, que oficialmente buscava garantir à mulher o direito do planejamento familiar, acolhimento humanizado, pré natal, parto e puerpério, para a criança visa garantir nascimento seguro e desenvolvimento saudável (Brasil, 2022). No entanto, o RAMI foi imediatamente avaliado como um retrocesso: a Associação Brasileira de Enfermagem produziu uma nota especificando que o programa estava vinculado aos interesses do capital, promovendo o retorno no modelo biomédico ao concentrar os atendimentos no hospital, problematizando o subfinanciamento do SUS e destacando as desigualdades sociais, dificultando o acesso aos cuidados e assistência à saúde das mulheres e crianças (ABEN, 2022).

Além disso, o foco do programa estava na relação apenas de médico e usuário, ignorando todas as outras profissões que contribuem para a atenção à saúde das mulheres, especialmente o importante papel das enfermeiras obstétricas. O RAMI também acabava por excluir famílias que não seguem o padrão heteronormativo (as mães solo, casais homoafetivos e todas as suas variações, por exemplo), seguindo o modelo de gestão do governo Bolsonaro. (Lacerda, et al, 2023)

¹⁰A portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprovou a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Recentemente, no governo Lula (2023) houve a revogação do RAMI e o retorno do Rede Cegonha, cuja dinâmica busca trabalhar de acordo com princípios básicos do SUS - universalidade, integralidade e equidade, promovendo atendimentos humanizados e multidisciplinares (Lacerda et al, 2023).

Como política setorial, a política de atenção à saúde das gestantes faz parte do SUS, com isso sofre os mesmos ataques e precariedades que o sistema vivencia: não é segredo que, nos últimos anos, as políticas sociais geral e, portanto, o SUS, vêm sofrendo desmontes e precariedades, como mencionamos anteriormente.

Cabe ainda discutir que, apesar das iniciativas no campo das políticas setoriais, bem como das lutas das mulheres e dos movimentos feministas pela autonomia durante a gravidez e o parto, elas ainda enfrentam diversas formas de violência e vulnerabilidades ao longo de tais processos (Silva; Christoffel; Souza; 2005).

Isso ocorre em um contexto em que o modelo biomédico promove a medicalização do ciclo gravídico-puerperal.

Neste contexto, conforme discute Warmling et al (2018), percebe-se que a medicalização do corpo grávido, do parto e do nascimento é uma realidade ainda muito presente na maioria dos serviços de saúde do Brasil, evidenciada pelas elevadas taxas de cesárea (inseridas entre as mais altas em termos mundiais), profundamente naturalizadas entre profissionais e população; por pré-natais muitas vezes focados em exames e procedimentos; visões restritas e fragmentadas da mulher em seu papel de mãe (Warmling, et al, 2018), sem contar a existência de diversas formas de violência obstétrica em todo o sistema de saúde. Além disto, a adoção hegemônica do modelo tecnocrático de parto, tido como científico, não tem garantido a saúde materna: persiste a alta prevalência de nascimentos prematuros e de mortes maternas e de neonatos (Vasconcelos, 2022, p. 10).

É imprescindível situar que, no contexto pandêmico, a situação das gestantes e nutrízes ficou ainda mais frágil. Além do (não)enfrentamento da Covid pelo governo federal e de toda a crise sócio sanitária e econômica instalada no país, as gestações durante o período pandêmico foram regadas a muito medo da contaminação em si e dos efeitos das doenças ainda não conhecidos; a altas possibilidades de transmissão durante o parto e fatores da saúde mental destas mulheres (Hoffmann et al., 2020). Todo esse contexto e a tardia vacinação desse grupo, imersa em fake news, fez com o número de mortes de gestantes no Brasil fosse um dos maiores do mundo (Nóbrega, 2020).

De acordo com Nóbrega (2020), um estudo realizado pela Fiocruz em 2020, sobre o Covid-19 em gestantes, apontou que, em comparação com outros anos, houve um crescimento de 40% dos óbitos maternos. A pesquisa estimou que houve um crescimento de 14% de mortes causadas direta ou indiretamente pela Covid.

As chances de hospitalização de gestantes com diagnóstico de Covid-19 foram 337% maiores. Para as internações em UTI, as chances foram 73% maiores e o uso de suporte ventilatório invasivo 64% maior que os pacientes em geral com Covid-19 que morreram em 2020 (Nóbrega, 2020, sp).

Por fim, é imprescindível assinalar que a gravidez é um processo que necessita de ampla assistência por parte dos profissionais de saúde, com inclusão de discussões de temas relativos à gestação, como parto, amamentação, cuidados com o bebê, primeiros socorros, pré-natal, entre outros, o que pode contribuir para fortalecer a autonomia das famílias e fornece subsídios para tomarem as melhores decisões (Warmling et al. 2018). Com base nesta concepção, passaremos a relatar o projeto de extensão objeto de nosso trabalho, que se desenvolveu no âmbito da APS.

3. AS AÇÕES DO REDE MATERNA DURANTE A PANDEMIA

3.1 Um pouco da história do projeto

O projeto de extensão, intitulado “Rede Materna” originou-se de uma proposta de intervenção durante um Estágio obrigatório Supervisionado de Serviço Social da UEPB, realizada em 2017, quando foi identificada a necessidade de desenvolvimento de atividades educativas voltadas para gestantes na UBS Wesley Cariri. Partiu-se da ideia de que, além do pré-natal, este público necessitava de uma maior atenção. A proposta foi sistematizada e apresentada às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). A divulgação e inscrições foram realizadas por membros das equipes da ESF, especialmente pela assistente social e os Agentes Comunitários de Saúde.

Como parte do estágio,¹¹ as ações foram executadas nos anos de 2017 e 2019, através de “Curso para Gestantes”, realizado presencialmente na UBS.

Tal estratégia se baseou na concepção de Diercks e Pekelman (2011) de que a construção de um curso fechado favorece a dinâmica de grupo e o desenvolvimento de uma sequência temática (2011, p.182). Não obstante, apesar da nomenclatura de “curso”, aconteciam rodas de conversa, realizadas quinzenalmente no período da manhã¹² facilitados por convidados especialistas nos temas trabalhados, ou por trabalhadores da UBS.

No final de 2019, a proposta do trabalho com gestantes foi sistematizada como projeto de extensão e submetida à PROEX, tornando-se oficialmente projeto de extensão da UEPB. Como objetivo geral, visava desenvolver ações de Educação em Saúde¹³ junto a gestantes acompanhadas pela UBS Wesley Cariri¹⁴.

É fundamental situar que a proposta do projeto busca empregar metodologias participativas (Vasconcelos et al., 2020), definidas como abordagens de planejamento, pesquisa, educação e tomada de decisões que enfatizam a participação ativa e colaborativa dos participantes (Reberte & Hoga, 2010; Mello, 2010; Felipe, 2011). Por instigar a participação dos usuários em atividades de grupo, esta ação contribui para a promoção da saúde (Mello, 2010), buscando possibilitar, portanto, um processo democrático entre usuários e profissionais. Neste sentido, tais ações objetivam também respeito, sigilo e confiabilidade permitindo o sucesso destas intervenções (Mandrá e Silveira, 2013; Reberte & Hoga)

Agora como projeto de extensão, a proposta se deparou com o imenso desafio da necessidade de isolamento social advinda da pandemia, que demandou a suspensão das atividades presenciais da UEPB, inclusive a interrupção dos projetos de extensão. No segundo semestre letivo, a orientação da pró-reitoria foi que os projetos avaliassem se poderiam desenvolver suas atividades no formato remoto. Ao considerar a importância do trabalho que vinha sendo desenvolvido, bem como a vulnerabilidade das gestantes no

¹¹ Localizada no bairro Nova Brasília, em Campina Grande/Pb.

¹² Em 2017, foram realizadas 6 sessões, enquanto que, em 2019, foram 7 encontros.

¹³ Inicialmente, o projeto buscava também contribuir para a Educação Permanente dos profissionais da Saúde da Família em relação às metodologias participativas de Educação em Saúde. Contudo, a pandemia e a resistência das equipes em se envolver com o projeto fizeram com esse objetivo fosse deixado de lado.

¹⁴ Vale sinalizar que, ao longo do tempo, o projeto foi se reconfigurando, a partir das necessidades das usuárias, e seu objetivo deixou de ter como foco apenas a Educação em Saúde. Além disso, passou a incorporar como usuárias também as mães de bebês.

contexto pandêmico, a equipe extensionista¹⁵ decidiu fazer uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e continuar suas ações, conforme narrarem a seguir.

3.2 A pandemia e o uso das TICs

A decisão de executar as ações de forma remota envolveu a cooperação mútua e contínua da equipe de extensão, através de reuniões online sistemáticas. Para facilitar a comunicação, foi intensamente utilizado um grupo de WhatsApp, com o objetivo de apoiar o planejamento, organização e avaliação das atividades. Foram também organizadas reuniões semanais via Google Meet, nas quais foram discutidas estratégias, possibilidades e qual seria a atuação do projeto durante este período. Tais encontros remotos visavam uma avaliação constante das ações, buscando explorar as melhores estratégias para continuar acompanhando gestantes, puérperas e mães em processo de adaptação à maternidade/maternagem, tomando decisões coletivas visando o bem-estar das participantes e a continuidade do projeto.

Usamos também o Google Sala de Aula (Classroom) para compartilhar materiais de estudo (artigos científicos, entrevistas, documentos) sobre a atuação profissional e interprofissional, trabalhos com grupos e textos relevantes para o trabalho com a gestação e maternidade.

No tocante às ações com as usuárias, para a divulgação da edição remota do projeto, contamos com o apoio da assistente social e das ACS da UBS, que estavam desenvolvendo um trabalho presencial no próprio bairro. Após a realização das inscrições, iniciou-se a fase de planejamento efetivo das ações, na qual foi realizado um levantamento com as gestantes, através do Google Forms, para buscar identificar quais as plataformas (rede sociais) que mais se encaixavam no dia a dia delas e/ou eram preferidas (WhatsApp, Instagram, Facebook e Meet), bem como para entender suas questões mais urgentes sobre a maternidade.

Criamos um grupo de WhatsApp, no qual as mulheres inscritas eram inseridas, acolhidas e podiam compartilhar dúvidas, inquietações e vivências. Concomitantemente, o projeto também ofereceu suporte individual às mulheres, através da mesma ferramenta, buscando construir vínculo com as mesmas, já que a equipe extensionista e tais sujeitos não se conheciam pessoalmente, em virtude da necessidade de isolamento social.

Após o levantamento dos temas/plataformas, o projeto passou a realizar lives em sua página do Instagram¹⁶, com a presença de convidadas, sobre temas mencionados no levantamento referido, como parto e amamentação. As sessões ao vivo foram organizadas em horários de acordo com as sugestões das usuárias e a disponibilidade das profissionais convidadas. Tais lives foram coordenadas pelas estudantes da equipe de extensão, o que também propiciou um espaço importante para a formação de tais sujeitos. Nestes momentos, as participantes poderiam interagir através de chat, permitindo uma participação ativa.

Cumpramos mencionar que, no início de 2021, houve a incorporação na equipe do projeto de uma estudante de enfermagem e de uma psicóloga, ambas doulas. Tal ampliação permitiu que a perspectiva da interprofissionalidade passasse a ser buscada, especialmente através de discussões sobre as situações encontradas no acompanhamento individual das usuárias, mas também no planejamento e avaliação das ações.

Após a realização de duas lives no Instagram, a equipe constatou que a presença síncrona das mulheres do bairro era muito pequena. Deste modo, decidiu criar “rodas de conversa” virtuais, quinzenais, através do Google Meet. No entanto, tornou-se evidente que

¹⁵ Que envolvia, naquele momento, a equipe da Rede Materna era composta por três estudantes de Serviço Social (Aline Ferreira Moreira, Cinthia Raquel Santos Alves, Emme Nascimento Barros), uma assistente social docente como coordenadora do projeto (profa. Kathleen Elane Leal Vasconcelos) e a assistente social supervisora de campo (Nara Rúbya Barreto Paiva). Depois, foram acrescentadas à equipe uma estudante de Enfermagem e doula (Rilarí Salém) e uma psicóloga perinatal (Daiane Arantes).

¹⁶ @extensaogestantes

esta plataforma apresenta desafios para as utilizadoras, incluindo problemas com Internet de baixa qualidade e dispositivos mais antigos ou com memória cheia, que não suportavam o aplicativo, que precisava ser baixado. Após pesquisas internas, a equipe decidiu migrar para a plataforma de reuniões do Messenger, que permite interações em tempo real sem a necessidade de instalações adicionais de aplicativos em dispositivos móveis, pois é integrada ao Facebook, funcionando como uma sala de bate-papo em grupo (Vasconcelos, 2021, p.10).

Nessas rodas virtuais de conversa, foram abordados temas relevantes para a fase em que as participantes se encontravam. Os tópicos incluíam questões gerais sobre gravidez, parto e pós-parto, a segurança da vacinação contra a COVID-19 para grávidas, saúde mental e puerpério, cuidados com os bebês. As discussões eram facilitadas por profissionais especialistas nos temas, buscando uma abordagem dialogada, embora na modalidade remota.

Cabe situar que, embora o projeto tenha sido pensado inicialmente para atender gestantes vinculadas às usuárias da UBS Wesley Cariri, devido ao contexto pandêmico, acabou atraindo a participação de mulheres de diversas regiões do país. Vale situar que, mesmo após o nascimento de seus bebês, essas mães continuaram sendo apoiadas e orientadas pela equipe.

Com a frequência das lives, a participação das mulheres foi diminuindo, o que demandou uma mudança de estratégia, que levou à proposta de organização de um “Curso Virtual para Gestantes e Recém Mães”, com datas de início e término, para o segundo semestre de 2021.

Contudo, apesar do uso do termo “curso”, a busca pela abordagem participativa foi mantida: reconhecendo que simplesmente rotular um "curso para gestantes" não fornece a motivação necessária para a participação, o projeto optou por adotar estratégias mais envolventes e participativas, no estilo roda de conversa, com estratégias possíveis no espaço remoto: como nas rodas de conversa, as gestantes podiam interagir, fazer perguntas e manter suas câmeras e microfones abertos.

Para a realização das inscrições, a plataforma Even foi a escolhida. As informações sobre a proposta foram divulgadas por meio do Instagram do projeto ou das extensionistas e apoiadoras, nas Unidades Básicas de Saúde e nos grupos de WhatsApp que continuaram nas edições anteriores. Foram realizadas 50 inscrições, com participantes da Paraíba e de outros estados do Brasil.

Após o encerramento do período de inscrições, um link foi enviado a cada mulher inscrita para acesso a um "Grupo VIP" na plataforma WhatsApp, para facilitar o acesso a informações sobre as atividades (acesso a links, dados, horários e a resolução de dúvidas), mas, sobretudo, para propiciar uma interação entre extensionistas e mulheres, bem como entre estas. Um total de 26 mulheres acessaram o grupo VIP. É importante ressaltar que esse grupo se constituiu num espaço para intensas trocas e diálogos entre as mulheres e estas com a equipe.

Antes do início efetivo do curso, foram organizados alguns “desafios”. Estes

(...) são estratégias amplamente utilizadas nas redes sociais, que consistem na divulgação de atividades com caráter lúdico para seguidores, objetivando tanto a diversão quanto a interação entre os seguidores de determinados perfis. No caso do projeto, o “desafio” consistiu numa série de atividades personalizadas, cujo objetivo era introduzir a discussão a um tema específico (em nosso caso voltado para a temática do universo materno e gestacional) e desta formas instigar as participantes a aderirem à tarefa proposta, visando lançar um outro olhar para aquela situação (Mesquita, 2022, p.20).

A atividade lançada como o desafio inicial foi intitulada "Nutrindo Afeto por Quem Nutre", que envolvia “tarefas” relacionadas ao autocuidado, com duração de 24 horas para

serem realizadas, como a postagem de foto e trecho de música relacionados ao tema. Tais “tarefas” geraram maior empolgação para o início formal do curso.

Aconteceu ainda um "Esquenta", que foi a “aula” inaugural do Curso de Gestantes, com a Psicóloga Perinatal e a Doula Daiane Arantes, intitulado "O que toda mãe precisa saber?", trabalhando a desromantização da maternidade/maternagem.

Depois, foram realizados seis encontros, que buscavam oferecer uma conversa descontraída e informativa. Os temas trabalhados durante o curso foram os seguintes: “*O que eu aprendi com a maternidade?*”, “*Como prevenir e agir em casos de acidentes domésticos?*”, “*Bebês, quem são? Como vivem? O que não encontramos nos manuais sobre maternidade*”, “*Desmistificando a Violência Obstétrica*”, “*Como ter uma amamentação descomplicada?*”, “*Como iniciar a introdução alimentar?*”.

Cabe pontuar ainda que, embora o público prioritário fossem as gestantes, as jovens mães demandam acompanhamento - individual e coletivo - depois de parirem, como é possível perceber nos temas trabalhados no curso. Deste modo, o projeto passou a acompanhar mulheres que tinham bebês de até cerca de 06 meses de idade, muitas delas continuando a participar do projeto mesmo após o nascimento do bebê, como se pode perceber em alguns dos temas trabalhados.

Ao final do curso, foi lançado mais um "desafio virtual", como atividade “pós-curso”, que serviria para não romper imediatamente os laços entre as participantes e a equipe, bem como para discutir um tema que demandou maior diálogo: o da violência obstétrica. A interação e os depoimentos desse desafio surpreenderam as organizadoras por sua intensidade, evidenciando a necessidade de maior atenção a essa temática.

Cumpre contextualizar que, ao longo do ano, o projeto também produziu material educativo para o Instagram e criou 11 vídeos educativos. Esses vídeos abordaram diversos temas, como direitos das gestantes, saúde mental materna, sexualidade durante a gravidez, amamentação, fisiologia da gravidez, parto normal x cesariana e cuidados infantis. Tais conteúdos foram elaborados com base em informações cientificamente embasadas e buscaram também contribuir para o acesso das mulheres a orientações sobre seus direitos nessa fase da vida, bem como incentivar reflexões sobre a romantização da maternidade, tão em voga em nossa sociedade.

Como enfatizou Silva (2020), a busca de um trabalho interprofissional foi essencial para o andamento das atividades do projeto e proporcionou aprendizagens ricas para as estudantes envolvidas. Os encontros produziram resultados positivos tanto para a equipe de estágio, quanto para as participantes, possibilitando aprendizagem em grupo.

Durante o projeto vale mencionar que também houve atendimentos psicológicos realizados online, pela psicóloga perinatal voluntária do projeto, para as usuárias que tivessem necessidade e disponibilidade. Houve, portanto, escuta qualificada e orientações gerais acerca da saúde mental.

Vale mencionar também que, a partir do do projeto, houve vários encaminhamentos de atendimentos para a assistente social da UBS, , com orientações acerca dos direitos sociais, avaliações das condições socioeconômicas, além de encaminhamentos dos usuários para várias as políticas sociais.

Conforme relatado pelas participantes, o curso proporcionou um espaço seguro para compartilhar medos, inseguranças, dúvidas e experiências, ao mesmo tempo em que fortaleceu o intercâmbio entre usuários e profissionais (Mesquita, 2021).

Do exposto, podemos destacar que o contexto pandêmico trouxe desafios únicos que exigiram muitos esforços da equipe para continuar desenvolvendo suas atividades sem perder de vista seus objetivos, como discutiremos a seguir.

3.3 Desafios enfrentados pelo Rede Materna no contexto pandêmico

Alguns desafios foram enfrentados durante a execução do projeto de forma remota, que em si mesmo já muito árduo. Um deles diz respeito às condições econômicas das usuárias, visto que a qualidade do acesso à internet das usuárias não era das melhores e, no nosso país, não foi adotada nenhuma política mais ampla de inclusão digital, apesar de todos os desafios do período pandêmico.

Mesmo a interatividade pelo uso das TICs, depende de requisitos para o seu funcionamento, sendo eles acesso à internet, equipamento adequado, espaço em nuvens de armazenamento. A falta destes artifícios, portanto, se configura como “exclusão digital”, que, de acordo com a ONU (2021), atinge quase metade da população mundial. Neste sentido, algumas mulheres inscritas informaram que gostariam de ter participado das rodas de conversa on-line, porém devido aos aspectos citados, não lhes foi possível, já que não dispunham de aparelhos compatíveis e de acesso a internet adequada.

Outro desafio diz respeito às condições de vida dessas mulheres, devido à sobrecarga da demanda de atividades de casa e cuidado dos filhos, num contexto com rede de apoio precária (especialmente das escolas), muitas vezes não havia tempo para a participação efetiva nas atividades do projeto (Moreira, 2022).

Outro ponto que a modalidade remota dificultou foi a criação de vínculo/mobilização das mulheres através do uso das TICs (Moreira, 2022). Precisamos lidar com a resistência de algumas mulheres em responder as mensagens e/ou participar dos encontros, dificultando o estabelecimento de vínculos entre equipe e usuários. Além disso, identificamos que a evasão foi muito maior se comparada com os encontros presenciais.

Tivemos que lidar também com o desafio de planejar atividades atrativas, ainda que remotas: foi preciso construir estratégias que proporcionam a participação efetiva por parte das mulheres, num contexto em que não havia muita coisa produzida sobre esse tema, visto que era um desafio que o mundo estava vivenciando exatamente naquele momento. Disso resultou uma grande demanda de reuniões da equipe, de teste das estratégias, de avaliações e mudanças de rotas.

Outro desafio diz respeito à falta de envolvimento das equipes da UBS, imersas nos desafios de enfrentar a pandemia num governo negacionista, sem nenhum incentivo à prevenção e promoção da saúde no contexto pandêmico (Vasconcelos, 2022). Deste modo, só tivemos praticamente o apoio da assistente social da UBS, que também faz parte da equipe do projeto (Moreira, 2022).

Cabe evidenciar que, apesar de suas limitações, o uso de recursos online durante a pandemia foram de suma importância, por proporcionar a aproximação (ou construção de vínculos) entre extensionistas e usuárias (Jago, Singh e Moretti, 2020). Deste modo, aplicativos como WhatsApp, Instagram, Google Meet, Facebook e Spotify¹⁷ foram ferramentas essenciais para a manutenção de nossas atividades. Através do ambiente cibernético, as mulheres puderam interagir entre si, promovendo um sentimento de conexão e proporcionando acolhimento em tempos tumultuados. Não obstante, consideramos que o uso das TICs deve ser feito com cautela, pois não substituem a importância dos encontros presenciais (Mesquita, 2021).

Assim, apesar dos desafios mencionados acima, consideramos que o projeto conseguiu alcançar os resultados desejados, contribuindo significativamente com as gestantes acompanhadas, ao compartilhar informações confiáveis, ajudando na tomada de decisões, proporcionando um espaço de diálogo seguro em um período repleto de mudanças físicas, psicológicas e sociais, o que é ainda mais vital em tempos de distanciamento social,

¹⁷ Criamos um podcast para socializar informações sobre a maternidade.

proporcionando uma abordagem de saúde mais humanizada na atenção à saúde das gestantes e mães, mesmo à distância, por meio de um acompanhamento individualizado e apoio constante para atender às necessidades e dúvidas de cada uma delas.

Como expressão desse trabalho, apesar do contexto desafiador, o projeto viveu um período de significativo crescimento e aprendizado para a equipe. Notadamente, o projeto recebeu o prêmio Paulo Freire no Seminário de Extensão (SEMEX) pelo 1º lugar na categoria Saúde, com o tema “Desafios da adaptação da extensão universitária ao contexto remoto” (Mesquita, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação em Saúde, numa perspectiva crítica, visa contribuir para a formação e o desenvolvimento da consciência crítica dos usuários e estimular os indivíduos a buscar soluções de enfrentamento a seus problemas coletivos e individuais. Além disso, pode colaborar para fortalecer vínculos entre profissionais de saúde e a população, alinhando experiências e conhecimentos adquiridos durante a vida, favorecendo assim uma abordagem participativa na promoção da saúde (Rickli, Marandola, Pinha, 2021). Neste sentido, a educação em saúde se mostra como um componente fundamental na promoção de boas práticas de saúde, fortalecendo uma consciência crítica e reflexiva (Santos, 2009).

A extensão universitária pode desempenhar um papel crucial na integração entre academia e comunidade, promovendo ações educativas em saúde. Essa abordagem facilita a interação entre estudantes, professores e a população local, permitindo a implementação de ações voltadas para a prevenção de doenças e a promoção da saúde (Cruz, 2013).

O projeto de extensão “Rede Materna”, durante a fase pandêmica, como explicitado neste trabalho, se propôs a discutir temas relacionados ao mundo da gravidez, parto, amamentação, puerpério e cuidados com o bebê. Buscou também a promover espaço de acolhimento durante todo o processo da gestação, impulsionando a troca de experiências entre mulheres e profissionais, além de fortalecer o grupo virtual de apoio às gestantes. Através do uso das TICS, consideramos que o projeto obteve êxito em seus objetivos, apesar de todas as limitações da modalidade remota.

Com base em metodologias participativas, foi possível fomentar o diálogo e as trocas de experiências, proporcionando acolhimento a todas as participantes. A partir das necessidades e avaliações das mulheres atendidas, o projeto de extensão evoluiu, se tornando uma rede de suporte, compartilhando informações confiáveis, tendo importante papel para a atenção prestada na APS: as ações realizadas como as rodas de conversa, incentivaram práticas como o parto humanizado e o aleitamento materno.

Muito além disso, o Rede Materna proporcionou vivências e boas práticas, gerando uma conexão empática entre as mulheres envolvidas no projeto. Além das atividades grupais, o projeto ofereceu também atendimento individual e escuta qualificada. Os resultados positivos das ações extensionistas foram evidenciados nos relatos das mães beneficiadas, refletindo não apenas a continuidade, mas o crescimento do projeto.

Com relação a nossa participação no projeto, avaliamos como exitosa, tendo em vista que somos parte do grupo de estudantes trabalhadoras e ter a possibilidade de participar de um projeto de extensão enriqueceu nosso currículo como estudante e futura assistente social. Com o Rede Materna, tivemos a oportunidade de trabalhar com grupos de mulheres, montando estratégias e realizando avaliações sobre os resultados e desafios e vivenciando situações que vamos experimentar durante a prática profissional, situações que contribuíram também para o nosso amadurecimento como pessoa, como mulher e, quem sabe um dia, como mãe.

REFERÊNCIAS

ABEN, 2022. Associação Brasileira de Enfermagem. **Nota: solicitação de revogação da portaria do ministério da saúde nº 715/2022**. Brasília, 08 de abril de 2022.

Disponível em:

https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2022/04/nota_contra_port75-2022.pdf. Acesso em Abril de 2022.

ABEPSS. **Curricularização da extensão e Serviço Social. 2021 -2022**. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-2023013120081856_62110.pdf. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Decreto no 8.659, de 5 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Ministério da saúde. Secretaria de vigilância em saúde. Boletim epidemiológico, Brasília**, v. 52 n.37, out. 2021. Disponível em: boletim epidemiológico sv3 37 v2.pdf.

Disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/dicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_37_v2.pdf/view. Acesso em Abril de 2022.

Brasil. **Ministério da saúde. Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática**. Centro de documentação do Ministério da Saúde, Brasília, Df, 1984. 27p.

Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha. Diário oficial da república federativa do Brasil, Brasília, df, 27 jun. 2011, seção 1, p. 109. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Portaria nº 715, de 24 de junho de 2011**. Institui, no âmbito do sistema único de saúde (sus), a rede de atenção materna e infantil -rami. Diário Oficial da República

Federativa do Brasil. Brasília, DF, 06 de abril de 2022, seção 1, p. 591. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em novembro de 2023.

Brasil. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde –notícias. Com a estratégia, R\$1,5**

bilhão será destinado para a saúde da mulher e da criança. [entrevista concedida a ascom-ms] Leonardo Couto; as com. 23 de fev. De 2022. Disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/noticia/15977>. Acesso em Maio de 2023.

Brasil. **Presidência da República. Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.** Brasília (DF), 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em dez de 2023.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer.** Vol. 10, Nº. 1, 2018. (Ejemplar dedicado a: Reformas regressivas e política de saúde), págs. 6-23. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6545985>. Acesso em dezembro de 2023.

BRAVO, M. I. S; PELAEZ, E. J.; MENEZES, J. S. B. **A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências.** Ser Social, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, 6 jan. 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630 Acesso em Novembro de 2023.

Campos, Henry . **Projeto "Future-se" é o fim da democratização das universidades, avalia reitor da UFC.** 05 de Agosto de 2019 às 05:12. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/05/projeto-future-se-e-o-fim-da-democratizacao-da-s-universidades-avalia-reitor-da-ufc>. Acesso em novembro de 2023.

Carvalho, I. P. **Pnaism e Rede Cegonha: os programas federais de saúde para as mulheres e as interações socioestatais nos anos 2000.** Texto para apresentação no VIII Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Disponível em: <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2014/12/alacip-mulher-ou-cegonha-layla-carvalho1.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio, 2003. **“Extensão universitária: institucionalização sem exclusão”.** In: **Revista Educação Superior.** Piracicaba: ED UNIMEP, v. 53, p.36-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernando-Ferreira-6/publication/321198531_A_universidade_e_a_formacao_continuada_de_professores_no_contexto_das_reformas_educativas_con_temporaneas/links/5a14bc2aaca27273c9eb0648/A-universidade-e-a-formacao-continuada-de-professores-no-contexto-das-reformas-educativas-contemporaneas.pdf Acesso em novembro de 2023.

CHAUÍ, Marilena. (2003). **A Universidade Pública sob nova perspectiva.** **Revista Brasileira de Educação.** n.24. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEP: Autores Associados, Set-Dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em outubro de 2023.

CRUZ, **Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da Universidade.** São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2013. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-na-Universidade-vol1-Hucitec-Editora-2013.pdf>. Acesso em outubro de 2023.

DIERCKS, M.D.; PEKELMAN, R. **Atividades coletivas de educação e saúde.** LENZ, M.L.M.; FLORES, R. BRASIL. (orgs.). **Atenção à saúde da gestante em APS.** Ministério

da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Gerência de Saúde Comunitária. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2011. Disponível em: <https://www.abenforj.com.br/site/arquivos/manuais/143.pdf> Acesso em nov de 2023.

Ferreira, FD, Rodrigues Cavalcanti, C., Cavalcanti, E., Dias, R., & Silva de Oliveira Brandão, SM (2020). **Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade : ataques e resistências no governo Bolsonaro. Revista de Políticas Públicas**, 24 p. 312-330. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167018>. Acesso em novembro de 2023.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). 2012. Belo Horizonte. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em out de 2023.

RAMOS, Marise Nogueira.. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A disputa da educação democrática: antídoto à Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2020/03/educaccca7acc83o-democracc81tica-anticc81doto-ao-escola-sem-partido.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

GADOTTI, Moacir. 2017. **Extensão Universitária: Para quê?** Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em Outubro de 2022.

GOMES, Lucélia Amarali. **Serviço social na saúde coletiva: as possibilidades de materialização do conceito ampliado de Saúde**. 37 p. Monografia (Especialização – Residência Integrada em Multiprofissional em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana, Uruguaiana, 2018. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/4932>. Acesso em outubro de 2023.

GUERRA, Agercicleiton Coelho, Machado A. R. e Rocha, M. F. F. **A contrarreforma da educação superior brasileira no contexto da crise do capital**. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 126-143, jan.-abr. 2020. 126. Disponível em: file:///C:/Users/55839/Downloads/nascimentosilva,+art_07.pdf. Acesso em novembro de 2022.

HOFFMANN, M. et al. **SARS-CoV-2 Cell Entry Depends on ACE2 and TMPRSS2 and Is Blocked by a Clinically Proven Protease Inhibitor**. *Cell*, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7102627/> .Acesso em outubro de 2023.

JAGO, C.A., SINGH, S.S., MORETTI, F. **Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and Pregnancy: Combating Isolation to Improve Outcomes**. Disponível em: https://journals.lww.com/greenjournal/FullText/2020/07000/Coronavirus_Disease_2019_COVID_19_and_Pregnancy_.8.aspx .Acesso em novembro de 2023.

JIANG, F., Deng, L., Zhang, L., Cai, Y., Cheung, C., W. & Xia, Z. (2020). **Review of the Clinical Characteristics of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19)**. *Journal of*

General Internal Medicine, 35 (5), 1545–1549. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s11606-020-05762-w>. Acesso em novembro de 2023.

KAWASAKI, C. S.. (1997). **Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária**. 23(1-2), 239–257. <https://www.scielo.br/j/rfe/a/Tk8Bvz43bSdLwH6LHwyZGnN/?lang=pt#> . Acesso em outubro de 2023.

Lacerda, N. Passos, J. 2023. **O que revelam as decisões iniciais do governo Lula para as políticas de saúde da mulher?** 30 de Janeiro de 2023 às 16:35. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/30/o-que-revelam-as-decisoes-iniciais-do-governo-lula-para-as-politicas-de-saude-da-mulher>. Acesso nov de 2023

MOREIRA, A. F. **O trabalho com gestantes e puérperas na UBS Wesley Cariri Targino: promoção da saúde materna e orientações sobre os direitos sociais**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2022. Disponível em:
<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/27709/1/PDF%20-%20Aline%20Freireira%20Moreira.pdf> . Acesso em novembro de 2023.

OMS. Organização mundial de Saúde. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizado como pandemia**. Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em setembro de 2023.

MATOS, M. C. **Serviço Social, ética e saúde: reflexão para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

Mazzilli, S. (2011). **Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico Editado pela ANPAE, 27(2).
<https://doi.org/10.21573/vol27n22011.24770>. Acesso em outubro de 2023.

MEC. **Programa do MEC investirá nas atividades de extensão na pós-graduação**, Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/programa-do-mec-investira-nas-atividades-de-extensao-na-pos-graduacao>. 13/11/2023 17h59. Acesso nov de 2023.

MELO, Cláudia Batista. et Gabrieli Duarte Farias, Vitória Régia Rolim Nunes, Tiffany Shela Albuquerque Borba de Andrade, Carmem Silvia Laureano Dalle Piagge. **A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da COVID**. *Research, Society and Development*, v. 10, n.3, e1210312991, 2021 Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12991/11669>. Acesso em outubro de 2022.

Mesquita, R. S. S. **Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em Saúde (tics) no contexto de pandemia pela Covid-19: um relato de experiência do projeto de extensão “Rede Materna”**. Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2022. Disponível em:

<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/29935/8/TCC%20-%20R%C3%ADlari%20Sal%C3%A9m%20Sartori%20Mesquita.pdf>. Acesso em setembro de 2023.

MUSSI, R. F. C de A. et al. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico.** Revista Práxis Educacional v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021 OUT./DEZ. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em novembro de 2022.

MUSSI, R. F. de F. et al. **Inquérito de Saúde em População Quilombola Baiana: relato de uma experiência em pesquisa epidemiológica.** Revista Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 13, n. 3, p. 675-685, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7525>. Acesso em novembro 2022.

NASCIMENTO, B.M. de S. do; FERREIRA, E. J. M. **Problematização acerca da saúde da mulher: principais entraves e desafios para a consolidação dos Direitos Sociais. II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro.** 11 a 13 de maio de 2016. www.cressrj.org.br. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/039.pdf>. Acesso em outubro de 2023

Nóbrega, Lidiane. **Estudo aponta excesso de 40% em óbitos maternos em 2020.** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-excesso-de-40-em-obitos-maternos-em-2020>. Acesso em novembro de 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão Universitária: diretrizes e políticas.** Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000. <https://www.ufmg.br/proex/wp-content/uploads/2021/12/PNEU.pdf>. Acesso em outubro de 2023.

NUNES, R. K. S.; MACIEL, G. A. dos S.; ALMEIDA, E. B.; GUEDES, M. R. .; HENN, R. **Desafios e adaptações da extensão universitária em tempos de pandemia: relato de experiência.** Revista Ciência Plural [S. l.], v. 7, n. 1, p. 211–223, 2021. DOI: 10.21680/2446-7286.2021v7n1ID23003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/23003>. Acesso em setembro de 2023.

ONU, **A exclusão digital no mundo e por que provoca desigualdade.** Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso.-social/o-que-e-exclusao-digital>. Acesso em novembro de 2023.

Pinho de Almeida, L. (2015). **A extensão universitária no Brasil. Diversité REcherches et terrains.** Disponível em: <https://www.unilim.fr/dire/692&file=1/>. Acesso em novembro de 2023.

PROEX, **Curricularização da Extensão. 2023.** Disponível em: <https://uepb.edu.br/proex/curricularizacao-da-extensao/>. Acesso em novembro de 2023.

PUCCI, Bruno. **A indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. Impulso,** Piracicaba, p. 33-42, 1991. Acesso em de outubro de 2023

RAMOS, M N. **A disputa da educação democrática.** In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação democrática: escola sem Partido.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

REBERTE, L. M.; HOGA, L. A. K. **A experiência de pais participantes de um grupo de Educação para saúde no pré-natal.** v.16, n.1, **Casilha: Ciência y Enfermeria**, 2010. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/cienf/v16n1/art_12.pdf . Acesso em novembro de 2023.

Rezende, P.S. **A atenção à saúde das mulheres: integralidade e gênero.** Estudo etnográfico em uma unidade de PSF em Salvador [Dissertação de mestrado]. Salvador: Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Ufba, 2011. Disponível em : <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10915/1/555555555555.pdf> . Acesso em outubro de 2023.

RICKLI, E. MARANDOLA, C. PINHA, A. **Educação em Saúde como Estratégia de Empoderamento das Gestantes na Atenção Primária: Relato de Experiência.** **Rev Saúde em Redes.** v. 7 n. 2 (2021): v. 7, n. 2 Sup (2021): Suplemento - Relatos de Experiência. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/redeunida/article/view/2532>. Acesso em dezembro de 2023.

SALDIVA, P. H. N.; VERAS, M. **Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras.** **Estudos Avançados**, 2018, 32.92: 47-61. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180005>. Acesso em novembro de 2023.

Santos, R. V., Penna, C. M. de M.. (2009). **A educação em saúde como estratégia para o cuidado à gestante, puérpera e ao recém-nascido.** **Texto & Contexto - Enfermagem**, 18(4), 652–660. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000400006>. Acesso em dezembro de 2023.

SANTOS, H. F. L.; ARAÚJO, M. **Políticas De Humanização ao Pré-Natal e Parto: uma revisão de literatura.** **Revista científica FACMAIS**, 2016, 6.2: 54-64. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2073> . Acesso em novembro de 2023.

SAPS. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Brasil. **Como a APS impacta diretamente as vidas das mães brasileiras?** 05/05/2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/12156>. Acesso em dezembro de 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf. Acesso em agosto de 2023.

SILVA, L; CHRISTOFFEL, M; SOUZA, K. **História, conquistas e perspectivas no cuidado à mulher e à criança.** **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2005, v. 14, n. 4 , pp. 585-593. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000400016>. Acesso em outubro de 2023.

SILVA, P. N. **Prática docente a distância: relato de experiência na orientação de TCC.** **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1–21, 2020. DOI:

10.35699/2237-5864.2020.20214. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/20214>. Acesso em abril de 2023.

SILVEIRA, H. E. da. **Cenário da extensão universitária em tempos de pandemia: um estudo das universidades públicas brasileiras**. *Revista em Extensão*, Uberlândia, MG, p. 3–17, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63838>. Acesso em agosto de 2023.

SOUSA, Ana Luiza Lima. (2010). **A História da Extensão Universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea. Disponível em: [10.13140/RG.2.2.35619.45607](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35619.45607). Acesso em outubro de 2023.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros (2019). **Reformas da Educação Superior no Brasil pós-85: Desafios à Extensão e à Autonomia Universitárias**. *Revista Anped – UERJ*, Rio de Janeiro/RJ, 2019. Disponível em: www.anped11.uerj.br/20/TAVARES.htm. Acesso em junho de 2023.

TEXEIRA, S. e. Ferreira, S. L. **Aproximações de acadêmicas do campo da saúde coletiva ao feminismo e às temáticas da saúde sexual e da saúde reprodutiva**. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 24, dez. 2010. Disponível em:
<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n24p91>. Acesso em julho de 2023.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Instrutivo para elaboração de relato de experiência**. Departamento de Nutrição, 2017. Disponível em:
<https://www2.ufjf.br/nutricaoogv//files/2016/03/Orienta%20a7%20b5es-Elabora%20a7%20a3o-de-Relato-de-Experi%20aancia.pdf>. Acesso em outubro de 2023.

UNE. **História da UNE**. 2023. Disponível em:
<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em novembro de 2023.

VASCONCELOS, K. E.L. et al. **Educação em saúde na atenção a gestantes: dialogando com usuárias e profissionais**. Relatório Final apresentado à Comissão de Avaliação de Programas/Projetos de Extensão da PROEX/UEPB - 2020. Disponível em:
file:///C:/Users/55839/Desktop/importantes%20uepb/Relatorio_Final_2%20Extensao_-_Alin_e_Fereira_Moreira.pdf. Acesso em novembro de 2022.

VASCONCELOS, K E.L. et al. **Interprofissionalidade e Educação em Saúde na Atenção Primária à Saúde: tecendo redes de apoio a gestantes**. Relatório Final apresentado à Comissão de Avaliação de Programas/Projetos de Extensão da PROEX/UEPB. UEPB-CAMPUS I. 2022. p. 1-32. Acesso em de setembro de 2023.

VASCONCELOS, K E.L. **Rede Materna: ações de prevenção e promoção da saúde junto a gestantes e mães, a partir da perspectiva da integralidade, humanização e interprofissionalidade**. Projeto de Extensão apresentado à Comissão de Avaliação de Programas/Projetos de Extensão da PROEX/UEPB, cota 2022/2023. UEPB- CAMPUS I.

VEPOP-SUS, 2023. **Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS**. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/home/todos-os-projetos/>. Acesso em dezembro de 2023.

VILELA, W. e Monteiro, S. **Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão** / — São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva — Abrasco; Fundo de População das Nações Unidas — UNFPA, 2005. Acesso em julho de 2023.

WARMLING, C.M.; FAJARDO, A.P.; MEYER, D.E.; BEDOS, C. **Práticas sociais de medicalização & humanização no cuidado de mulheres na gestação**. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34(4):e00009917. Acesso em outubro de 2023.